

CELPA pede ao Governo a criação de linhas de financiamento para fornecedores do setor florestal

14 de Setembro, 2020

A CELPA – Associação da Indústria Papeleira – alertou o Governo para o impacto da pandemia da Covid-19 no setor florestal, nomeadamente o “risco de erosão de fornecedores de prestação de serviços”, lê-se no comunicado enviado pela associação.

Durante os meses de confinamento, as empresas associadas da CELPA tomaram uma “série de iniciativas de apoio aos fornecedores para que a atividade florestal não parasse”, mas o impacto que a pandemia está a ter na economia levou a CELPA a propor ao Governo a “criação de linhas de financiamento desenvolver linhas de financiamento que reforce competências e traga novos colaboradores para o setor”.

O objetivo da CELPA, segundo o mesmo comunicado, é que estes apoios “permitam promover a atividade e requalificação destas empresas”, incluindo na “área da formação profissional”, para que continuem a “criar valor e emprego” no setor florestal.

Durante o seminário “Os desafios da floresta de produção e a PAC pós 2020”, organizado pela CELPA, no âmbito da Agroglobal, o secretário-geral da CELPA, Luís Veiga Martins defendeu ainda que “o Governo deve desenvolver um mecanismo de apoio à recolha de sobrantes e florestais e de outra biomassa sem aproveitamento industrial. Já existem projetos, incluindo das empresas, mas será importante o Estado dar um sinal significativo nesta questão, também tendo em conta o potencial de uma medida destas na promoção da economia circular”.

Mostrando-se disponível para dialogar com o Executivo na busca de soluções de equilíbrio, e tendo em conta a grande fragmentação da propriedade florestal que existe em Portugal, o secretário-geral da CELPA considera também importante “encontrar um incentivo para o registo de propriedades, utilizando as Organizações de Produtores Florestais, através do Balcão Único do Prédio”.

A CELPA propõe assim, um debate alargado sobre o futuro da floresta que permita traçar uma estratégia equilibrada para o futuro do setor.

“Nunca o setor florestal viveu um momento como este, de negociação”

João Catarino, secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, lembrou no mesmo seminário que “Portugal é o país do mundo com mais área privada, há uma grande dificuldade em fazer floresta de conservação em terra privada. A floresta é importante para o mundo, mas não para o dono da terra. Este é o princípio que está na base do programa de transformação da paisagem. Não conseguimos defender a floresta

apenas olhando para a floresta, temos de olhar para o que a envolve. Ninguém coloca dinheiro hoje para lucrar daqui a 40 anos, mas é isso que se passa na floresta”.

Para João Catarino “só o Estado o pode fazer, mas somos o país com menos área pública e, ou nacionalizamos a terra ou nos entendemos com o proprietário, que é o que se faz em Portugal, com apoios aos proprietários nos primeiros 20 anos. Dispomos de uma verba de 100 milhões de euros, sempre cientes da importância da floresta de produção, essencial para a economia nacional. O Estado tem de acompanhar, regular e ter consciência de que tem uma indústria de ponta, líder mundial de investigação de topo do mundo que tem de ser acompanhada. É um trabalho extraordinário que temos de continuar a acarinhar e depois temos do outro lado um país que precisa de mais apoios, o país não está todo no mesmo saco”.

Já Francisco Gomes da Silva, professor do Instituto Superior de Agronomia e antigo ministro da Agricultura, considera que “nunca o setor florestal viveu um momento como este, de negociação. É um momento único em que a floresta está no ministério mais poderoso da República, o Ministério do Ambiente. Até aqui na segunda metade do ciclo a agricultura ‘roubava’ dinheiro à floresta, agora será o inverso”.

Reconhecendo falhas como governante, Gomes da Silva interrogou-se sobre “o que é que faria? Pergunta de resposta difícil, pois já tive essa oportunidade política e, como se vê, falhei de forma mais ou menos flagrante. Mas apostava em instrumentos simples e muito específicos: um Programa específico para cada uma das principais fileiras florestais, com objetivos claros e com o envolvimento ativo das indústrias”.

O antigo ministro da Agricultura quer também um “programa destinado ao Eucalipto, tal como para o Sobreiro e o Pinheiro Bravo, que desenvolveram propostas de Programas específicos, tal como para o Pinhal Manso. E desenhava um Programa específico para intervenção nos ‘territórios das espécies autóctones’. Mas realço, todos estes Programas, para terem sucesso, exigem a presença ativa dos agentes de ligação aos mercados – as indústrias e os prestadores de serviços –, porque sem eles a economia não chega ao território, e aos seus proprietários ou gestores. E sem economia não há solução”.

Miguel Freitas, professor da Universidade do Algarve e antigo secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, destacou a importância “dos planos de paisagem olharem para floresta de proteção e para a floresta de produção. Só assim haverá rendimento para os produtores para que continuem a operar. É fundamental que seja garantida uma componente de 30% de floresta de produção nos projetos. Considerando que a mecanização é essencial para trabalhar e aumentar a produtividade. Temos de romper com a ideia que ter boa informação é só para alguns, temos de ter arquitetura de informação para chegar aos beneficiários que tem de ter sistema de informação, essenciais para trabalhar. Temos de trabalhar numa nova ciência florestal e numa nova economia florestal, temos de integrar novos elementos essenciais para o nosso trabalho”.

Miguel Freitas refere que “é preciso liderança colaborativa, mais do que modelos de gestão, são precisos modelos de governação territorial e tem de se passar de uma lógica de parceria a uma lógica de plataforma, com programas de longo alcance e liderança colaborativa da indústria. Nunca a floresta portuguesa teve uma oportunidade de ser financiada como agora, com um pacote de grande envergadura no programa de recuperação e resiliência e uma reforma da PAC mais verde. É preciso que as políticas públicas olhem para a integridade dos processos de desenvolvimento rural, percebam as dinâmicas demográficas e a sua relação com os sistemas ecológicos e produtivos, e incorporem as tendências de uma nova economia baseada no local”.